

PRAIA VERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

V.26 N. ESPECIAL

APRESENTAÇÃO

Rosana Morgado

Sheila Backx

ENSAIOS

Maria Helena Rauta Ramos

Marilda Villela Iamamoto

Lilia Guimarães Pougy

Yolanda Guerra

Sara Granemann

Fátima Grave Ortiz

ENTREVISTA

Leila Bugalho

EDIÇÃO ESPECIAL

40 ANOS DO PPGSS-UFRJ

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 26 n. ESPECIAL
2016
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 1-168	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	----------	------

PRAIAVERMELHA

Foi tecendo a manhã...

Yolanda Guerra

Assistente social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP (1994 e 1998). Professora Associada da UFRJ. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC-UFRJ). Foi Coordenadora do PPGSS-UFRJ no período de 2006 a 2010. Bolsista CNPq 1B.

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 26

n. especial

p. 111-138

2016

*Um galo sozinho não tece a manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro: de outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzam
os fios de sol de seus gritos de galo
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*
João Cabral de Melo Neto

RESUMO

O texto apresenta a profícua trajetória do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tecida no contexto da pós-graduação no Brasil. Reconhece o acúmulo teórico-crítico produzido nessa trajetória e seu impacto na constituição da massa crítica e da intelectualidade do Serviço Social brasileiro e latino-americano.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação. Serviço social. Projeto coletivo.

INTRODUÇÃO

Como no poema, a trajetória da pós-graduação em Serviço Social da UFRJ é resultado de uma construção coletiva da práxis de várias gerações, que vão tecendo suas manhãs.

É por isso que os 40 anos de comemoração de uma trajetória tão profícua não podem ser contemplados, apenas, numa perspectiva celebratória. Eles devem ser objeto de reflexão sobre os passos que foram dados. Mas devem também se constituir na oportunidade de traçar caminhos novos, devem ser momentos de renovação das lutas e da direção social estratégica adotada na realização de um projeto, de vislumbrar as novas manhãs que virão, com o fito de que, aquelas pactuadas coletivamente, sejam tecidas no cotidiano.

Na letra de Santayana: “quem não recorda o passado está condenado a repeti-lo”¹, e o pior, sequer pode dimensionar e capitalizar seus acertos.

Nessa direção, o artigo que apresento reconhece a fecunda trajetória do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tecida no contexto da pós-graduação no Brasil, o acúmulo teórico-crítico produzido nessa trajetória e seu impacto na constituição da massa crítica e da intelectualidade do Serviço Social brasileiro e latino-americano. Aponta os principais desafios da pesquisa na contemporaneidade, na perspectiva de contribuir com o debate do Serviço Social brasileiro, fornecer subsídios aos programas de pós-graduação e ao Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da ABEPSS, na construção de estratégias coletivas de luta em conjunto com as entidades sindicais e profissionais.

RESGATE HISTÓRICO: OS ANOS 1970 EM CENA

Não é meu objetivo recuperar os antecedentes que permitiram a constituição do sistema de pós-graduação no Brasil. Pretendo tão somente indicar alguns dos marcos históricos que deixaram suas pegadas, rastros e impressões digitais na constituição desse sistema e têm configurado suas determinações particulares.

1 SANTAYANA, G. *A Vida da Razão*, 1905. v.I. Consultado em https://pt.wikipedia.org/wiki/George_Santayana. Acesso em 30/01/2017.

Com esse intuito cabe, então, mencionar o decreto nº 21.321, de 18 de Junho de 1946 que aprova o Estatuto de Universidade do Brasil, instituição de ensino superior, com personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar que abrange a educação, o ensino e a pesquisa nas 12 Faculdades e Escolas, entre elas a Escola de Enfermagem Anna Nery².

Outro marco foi a criação de Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em 1951³, e nesse mesmo ano a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao MEC, que em 1964 passa a oferecer Bolsas de estudos para a realização de cursos de pós-graduação no Brasil e no estrangeiro.

De lá para cá, a pós-graduação no Brasil teve um crescimento vertiginoso, especialmente nos últimos 40 anos, e ainda mais acelerado nos últimos 10 anos, em razão da política dos organismos internacionais para os países da periferia no enfrentamento dos abismos sociais entre eles e os países capitalistas centrais. Diminuir o atraso, as disparidades, as assimetrias regionais, eis uma das metas visivelmente assumidas pelo Brasil, metas de um projeto

2 Tal menção especial refere-se ao fato de que o curso de Serviço Social da UFRJ nasce vinculado a Escola Anna Nery, no ano de 1936. A Escola de Serviço Social teve como marco legal a emenda ao projeto 595 de 1936, de iniciativa da deputada Carlota Pereira de Queiroz. Em 1967 o curso se autonomiza e passa a se constituir na Escola de Serviço Social. Parte dessa história encontra-se registrada no livro editado em razão dos 70 anos do mencionado Curso. UFRJ, serie Memorabilia, 2007.

3 O CNPq foi criado pela lei nº 1.310/51, com os seguintes objetivos: a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições no país ou no exterior; b) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior; c) manter-se em relação com instituições nacionais ou estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no país ou no exterior, para estudo de temas de interesse comum. <http://centrodememoria.cnpq.br/legislacao.html>

desenvolvimentista que permitia a consumação cabal das nossas históricas subalternidade e heteronomia econômica e política. Não casualmente o modelo de pós-graduação no Brasil foi forjado durante a ditadura militar-empresarial, cujo espectro tecnicista estava dado pela sua total subordinação ao modelo norte-americano⁴. Foi nesse caldo cultural de repressão, controle, subordinação, próprios de um país colonial em regime de exceção, sob a retórica de “socorrer o país do atraso”, que a pós-graduação vingou. Seu intuito era a formação da elite política dirigente⁵, e de fato o fez diretamente e/ou através de convênios e intercâmbios com grandes centros estrangeiros responsáveis pela formação da intelectualidade que historicamente vem gerindo e controlando a nação⁶. Isso explica muito do modelo atual que, paradoxalmente, pelo processo de expansão desencadeado nos últimos 10 anos que tem levado a um aumento expressivo dos

4 Diz o parecer: “A pós-graduação – o nome e o sistema – tem sua origem próxima na própria estrutura da universidade norte-americana, compreendendo o college como base comum de estudos e as diferentes escolas graduadas que geralmente requerem o título de bacharel como requisito de admissão. Assim, em virtude dessa organização, a Universidade acha-se dividida em dois grandes planos que se superpõem hierarquicamente: o *undergraduate* e o *graduate*” Cf. https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf. Acessado em 03/01/2017.

5 “Daí a urgência de se promover a implantação sistemática dos cursos pós-graduados a fim de que possamos formar os nossos próprios cientistas e tecnólogos sobretudo tendo em vista que a expansão da indústria brasileira requer número crescente de profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos, e para cuja formação não basta a simples graduação” (Parecer nº 977/65).

6 “O Aviso Ministerial, ao solicitar a regulamentação, aponta, em síntese, os três motivos fundamentais que exigem, de imediato, a instauração de sistema de cursos pós-graduados: 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores” (Parecer nº 977/65).

cursos e do número de pós-graduandos, busca escamotear o ranço elitista e o corte de classe que marcam a pesquisa e a produção de conhecimento⁷, a tecnologia e inovação brasileiras. Explica também o papel do Estado burocrático-autoritário na criação e promulgação do marco legal que atenda aos interesses do setor produtivo e a histórica herança de exclusão, das massas, das decisões que as afetam. Nota-se no Parecer nº 977/65, C.E.Su, aprovado em 3/12/1965, a visão de formação presente à época e os interesses seminais do projeto de pós-graduação nacional:

Tudo isso nos mostra que sendo ilusório pretender-se formar no mesmo curso o profissional comum, o cientista e o técnico de alto padrão, e tornando-se cada vez mais inviável a figura do técnico polivalente, temos de recorrer necessariamente aos estudos pós-graduados, seja para completar a formação do pesquisador, seja para o treinamento do especialista altamente qualificado.

Mas, à diferença de outros países latino-americanos que também foram acometidos por ditaduras, o sistema de pós-graduação no Brasil ganha corpo e se aperfeiçoa exatamente no lastro dos atos institucionais: ambos de autoria de Nelson Sucupira, o decreto-lei nº 464, de 11/2/1969 designa à CAPES e ao CNPq a promoção da “formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente de ensino superior”, e o parecer do CFE nº 77/69 define as normas para o credenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

De acordo com o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação do Brasil – I PNPG (1975-1979), elaborado durante o governo Geisel (que tem como ministro da Educação Ney Braga), o processo de expansão da pós-graduação ocorreu de forma assistemática, muitas

7 Continua o parecer no seu artigo 12º “Para matrícula nos cursos de pós-graduação, além do diploma do curso de graduação exigido por lei, as instituições poderão estabelecer requisitos que assegurem rigorosa seleção intelectual dos candidatos. Se os cursos de graduação devem ser abertos ao maior número, por sua natureza, a pós-graduação há de ser restrita aos mais aptos.” (Parecer nº 977/65 – grifos meus).

das vezes por iniciativa de grupos de docentes e pesquisadores, por reconhecerem a necessidade de formação de recursos humanos para a docência. O I PNPG apresenta, inicialmente, um diagnóstico da pós-graduação no Brasil, desde sua evolução até seus principais problemas e indica que havia à época

“50 instituições de ensino superior onde se realizam cursos de pós-graduação: 25 federais, 10 estaduais e municipais e 15 particulares. Nestas instituições, encontramos atualmente 158 áreas de concentração em mestrado e 89 áreas de concentração em doutorado, reconhecidas pelo Conselho Federal de Educação; e 195 núcleos de mestrado e 68 de doutorado estão indicados como centros de excelência pelo Conselho Nacional de Pesquisas”.

Se é verdade que, como afirma Severino, “a pós-graduação no País se transformou numa sementeira de pesquisadores, o que contribuiu para a consolidação do quadro de recursos humanos para todos os setores da vida nacional”, também o é o fato de que grande parte desses recursos são drenados para as empresas privadas, na realização de interesses particulares de grupos e facções da burguesia nacional e internacional. Além disso, era objetivo da ditadura estabelecer alianças com a elite intelectual do país, buscando suas bases de legitimação.

Para atingir o desenvolvimento nacional dentro de um determinado projeto também era necessário formar profissionais na área de Serviço Social, muito mais pela necessidade de incorporação da doutrina ou da ideologia do projeto hegemônico do que por gerar e/ou socializar conhecimentos críticos sobre os fundamentos socioeconômicos, políticos e culturais da realidade brasileira, que se constituiria a base da formação dos intelectuais da área.

Cabe lembrar que a expansão da pós-graduação dentro do modelo da modernização conservadora objetivou, além da formação de docentes que atendessem a expansão do ensino superior, o

desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores e formação de técnicos e intelectuais de alto

nível para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (Brasil, 1965).

Ademais da preocupação com a qualidade, subsidiada pela teoria do capital humano, essa formação desde essa época já era balizada pelo mercado e direcionava-se para atender às necessidades dos setores produtivos.

É nesse caldo cultural em que se formam gerações de pesquisadores que surge a pós-graduação em Serviço Social. No período do ufanismo desenvolvimentista, uma profissão que nasce em meados dos anos 30 do século passado não teria pernas, acúmulo teórico (massa crítica), quadros intelectuais capazes de propiciar a estruturação que os cursos de pós-graduação *stricto sensu* necessitavam. Muito menos capital cultural para se posicionar criticamente frente a esse projeto⁸. Não obstante, o Serviço Social não se intimidou diante da ausência de uma tradição intelectual, mas, ao contrário, passa a reconhecer que seu fortalecimento e consolidação dependiam da sua audácia em assumir naquele momento os desafios do tempo histórico, com o fardo que isso lhe custaria.

E custou. Na belíssima e importante fala das professoras Myriam Veras Baptista e Maria Lucia Carvalho, na comemoração dos 40 anos da pós-graduação da PUC-SP, as mestras deixam claro como tiveram que recorrer aos cursos formais e conhecimentos das ciências sociais tanto para se qualificarem para o novo momento quanto para darem conta da estruturação de um projeto de pós-graduação.

Houve uma corrida para os cursos de pós-graduação em solo nacional e internacional. Em âmbito latino-americano, como fruto da fecunda política de capacitação continuada desenvolvida pelo Centro de Estudios Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), organismo de cooperação técnica internacional, braço acadêmico da Asociación

8 É importante lembrar que somente na década de 70, a formação profissional dos assistentes sociais brasileiros deixa os espaços das escolas isoladas para se integrar nos espaços universitários.

Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAETS), funda-se em 1977 o primeiro (e único de que se tem notícias) Curso de Pós-Graduação Latinoamericano de Trabajo Social (PLATS) na Universidade Nacional de Honduras⁹.

O Brasil se beneficia dessa cultura de capacitação permanente estimulada pelas ALAETS/CELATS, ao tempo em que tal cultura se combina e se mistura com a laicização da profissão, a necessidade de constituir um corpo docente específico e de criação da carreira docente nas agências de formação.

Aos poucos foram se formando mestres em Serviço Social que passam a formar outros tantos. A escassez de docentes com titulação faz com que os poucos existentes ministrem cursos e orientem dissertações nos cursos existentes por todo Brasil. Passam a se estruturar os primeiros cursos de pós-graduação nas PUCs de São Paulo¹⁰ e do Rio de Janeiro, ambos em 1971¹¹, seguidos pelos mestrados implantados na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1976, o primeiro em universidade pública e gratuita; da PUC-Rio

9 A mencionada política de capacitação do Centro de Estudios Latino-Americano de Trabajo Social-CELATS direciona-se à formação em docência e ao desenvolvimento de pesquisas orientadas a constituição de uma massa crítica, contando com cientistas políticos, sociólogos e educadores de toda a América Latina (A este respeito: Lima, Leila. Disponível em: <http://www.universidadedecostarica.cr>).

10 Também é importante mencionar o pioneirismo do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP com mestrado iniciado em 1971 e doutorado em 1981, sendo o primeiro do Brasil e da América Latina.

11 Sob o Parecer 4.428/76, o curso de mestrado da PUC-RJ foi “o primeiro a ser oficialmente credenciado pelo Conselho Federal de Educação (...) – voltado, sobretudo, para a formação de docentes e pesquisadores. Seu objetivo era o de capacitar para a análise crítica da realidade social e para o desenvolvimento de estratégias de intervenção do Serviço Social”. “Em 2002, com a consolidação do Programa de Mestrado, foi aprovado o Doutorado 30/12/2002 (Portaria 3949, do MEC), passando a denominar-se, então, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. A primeira turma do Doutorado foi implantada em 2003 (disponível em: <<http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progser.html#apresentacao>>. Acesso em 05/01/2017).

Grande do Sul, em 1977; Universidade Federal da Paraíba, em 1978; e Universidade Federal de Pernambuco, em 1979¹².

Tais cursos principiaram por se estruturar em áreas de concentração com base no currículo do curso de graduação em Serviço Social, razão pela qual em alguns deles se repõe a fragmentação da tricotomia Caso, Grupo e Comunidade, a exemplo da PUC-RJ que estabeleceu como áreas de concentração o *Serviço Social de Casos e Trabalhos com Grupos*¹³. Somente na segunda metade da década de 1980, como resultado do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, há uma inflexão significativa na estruturação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, iniciando mais uma vez pela PUC-SP, que pelo seu pioneirismo qualificou os primeiros mestres e doutores em Serviço Social do país, estendendo-se para a Argentina, Portugal e alguns países da África.

É a pós-graduação que vai criar espaço e cultura de interlocução com as diversas áreas de conhecimento, em especial com as ciências sociais. Além disso, propicia, ao menos em seus primórdios, a problematização de conceitos centrais: a questão da natureza, do objeto e da suposta especificidade do Serviço Social, a legitimidade profissional, os chamados modelos teórico-metodológicos de intervenção, entre outros temas caros ao debate profissional. Nossa produção tem inserção internacional com a significativa presença do Brasil nos eventos no estrangeiro.

Por essas e outras razões, vinculadas a nossa cultura profissional, os cursos de pós-graduação para uma profissão de natureza

12 Na sequência, várias Universidades passam a ter em seus quadros acadêmico-intelectuais docentes que são egressos desses primeiros cursos de Pós-Graduação, especialmente os das PUCs (RJ e SP).

13 Como expressão das transformações operadas na década de 1980, em 1986 o Programa da PUC-RJ reestrutura sua área de concentração atualizando-a para Serviço Social Contemporâneo, seus Fundamentos e Políticas e, em 1997, para Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais. Cf. <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progser.html#historico>.

interventiva, cuja legitimidade e reconhecimento sociais estão em dar resposta que contenham um determinado nível de resolutividade, têm um significado todo especial, o qual, ao longo do texto pretendo abordar.

Também não se pode olvidar do fato de que a pós-graduação em Serviço Social sempre foi um espaço de renovação, ainda que em alguns momentos tenha sido hegemônica por projetos de modernização conservadora.

A PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

Como já mencionei na nota de rodapé número 1, a Escola de Serviço Social da UFRJ nasce como um curso superior vinculado à estrutura universitária da Escola de Enfermagem Anna Nery (segundo site da própria escola) já em 1936. Situada no contexto universitário em 1941, passa a figurar no rol dos cursos da Universidade do Brasil (criada em 1937) e em 1967 torna-se unidade autônoma. É a sua condição de curso público, gratuito e autônomo que, a meu ver, lhe concede a condição de seu histórico protagonismo no Brasil e na América Latina.

Na sequência do desenvolvimento interno, e respondendo aos influxos do movimento real, no ano de 1976 a Escola de Serviço Social cria seu curso de mestrado¹⁴, o primeiro em universidade pública. Operou duas grandes reformulações: em 1986, quando redefine sua área de concentração¹⁵ e em 1993, quando da elaboração do projeto

14 Nesse período, sob a influência do projeto de modernização conservadora, a partir da perspectiva reformista integradora, se formam gerações de quadros aptos à docência e pesquisa no Serviço Social brasileiro.

15 “Por área de concentração a CAPES entende o campo específico de conhecimento que constituirá o objeto de estudos escolhido pelo candidato, e por domínio conexo qualquer matéria não pertencente àquele campo, mas considerada conveniente ou necessária para completar sua formação”. Cf. Parecer nº 977/65, C.E.Su, aprovado em 3-12-65, que trata da definição dos cursos de pós-graduação. As áreas de concentração e linhas de pesquisa são eixos temáticos que articulam os currículos dos cursos, a pesquisa e a produção de conhecimento. À época, o

do Doutorado, implantado em 1994¹⁶.

Penso ser importante sinalizar o contexto que permite/exige que a profissão qualifique suas respostas e que os profissionais se assumam como classe trabalhadora. A leitura que aborda o Serviço Social na história indica que, como resultado da mobilização da classe trabalhadora e da organização dos movimentos sociais e populares, a profissão foi chamada a se reatualizar e a explicitar seus compromissos ético-políticos. É importante reconhecer que essa reatualização contou com a abertura e interlocução da profissão com as ciências sociais e valeu-se do retorno da intelectualidade brasileira do exílio/autoexílio¹⁷.

Como resultado dessa conjuntura, o recém criado programa de pós-graduação da UFRJ passa a receber apoio de docentes e pesquisadores vinculados à PUC-RJ, já que parte dos docentes da graduação mantém relação com esse programa de pós-graduação. Os 4 anos que distanciam ambos programas assim o permitem. Mas, ao contrário do PPGSS da PUC-RJ, a UFRJ absorve pouco da matriz fenomenológica¹⁸, marca registrada daquele programa.

PPGSS define como área de concentração, para o mestrado, “Serviço Social, instituições e movimentos sociais”.

16 Aprovado em 1993, o doutorado foi implantado no ano seguinte tendo com área de concentração “Serviço Social, Política Social e cidadania”.

17 O retorno de intelectuais como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Miriam Limoeiro, José Paulo Netto, Nobuco Kameyama, Vicente Faleiros, entre outros, promove uma inflexão na produção dos programas e na veiculação dos conhecimentos produzidos. Os programas de pós-graduação em Serviço Social acabam por se beneficiar diretamente da abertura política dos anos de 1980.

18 De 1985, ano em que foi defendida no Programa a primeira dissertação de mestrado na perspectiva fenomenológica, até 1990, encontramos 3 dissertações nessa abordagem. São elas: “Uma proposta de entrevista em Serviço Social fundamentada no pensamento de Merleau-Ponty”, de autoria de Anésia de Souza Carvalho (1985); “Contribuição a alguns pressupostos do personalismo à compreensão da pessoa deficiente mental: uma análise de uma experiência com grupos em Serviço Social” de Maria Angela Albuquerque (1985), “O fenômeno da participação

O breve exame das primeiras dissertações de mestrado, que datam do ano de 1981, indica a veiculação das mesmas à área de concentração em Fundamentos e Metodologia do Serviço Social¹⁹. Nota-se que se tratam de temas bastante variados e amplos, marcados ainda pelo Serviço Social clássico e ou tradicional mesclado por elementos da recente incorporação das matrizes clássicas do conhecimento, especialmente pelo referencial marxiano, denotando o conhecido ecletismo de que padece a nossa produção, conforme se pode ver nos títulos das primeiras dissertações²⁰.

Também é preciso evidenciar algumas dissertações que se tornaram referência no Serviço Social brasileiro à época, tais como: “Serviço Social Organizacional em empresa: uma práxis realizada” (1981), de Lucia Maria Freire Campello; “A intenção ação no trabalho social: uma contribuição ao debate sobre assistente social-grupo” (1984), de Ana Maria de Vasconcelos, ambas extremamente arrojadas em relação ao debate da época.

dentro da perspectiva heideggeriana do social” (1990), de Deo Pimenta Dutra.

19 As Profas. Dras. Myriam Veras Baptista e Amália Madureira Paschoal, respectivamente orientadora e autora da primeira dissertação defendida no Programa, “Ação comunitária: busca de significados” (1981), receberam homenagem especial quando das comemorações dos 30 anos da Pós-Graduação realizadas no ano de 2006.

20 São 07 dissertações com temas diversos: “Ação comunitária: busca de significados”, de Amália Madureira Paschoal, orientada por Myriam Veras Baptista; “Mãe solteira operária: uma questão para o Serviço Social”, de Maria Carmem Ferreira de Souza Nazar, orientada por Ilse Schere Warren; “A categoria realidade social no Serviço Social: um estudo preliminar”, de Alice Chacur, orientada por Maria Stella Faria Amorim; “Pesquisa em Serviço Social: enfoque do padrão vigente e suas implicações”, de Roseni de Oliveira Batista, orientada por Maria Stella Faria Amorim, “Trapaceados e Trapaceiros: um enfoque do Serviço Social”, de Sonia de Oliveira Ferreira Cheniaux, orientada por Maria Stella Faria Amorim; “Serviço Social Organizacional em empresa: uma práxis”, realizada por Lucia Maria Freire Campello, orientada por Telma Aparecida Donzelle; e “Unidade e divisão no espaço da pobreza: um estudo sobre intervenções”, de Maria Lucia Macedo de Mello, orientada por Maria Stella Faria Amorim.

Outra dissertação de referência foi defendida no ano de 1985 por Tecla Machado Soeiro: “Atualidade de uma primeira aproximação à teoria do Serviço Social”. Esta, em conjunto com a dissertação de Deise Gonçalves Nunes, intitulada “História do Serviço Social no Brasil nos 30/45 anos”, expressa o estado da arte do debate da profissão sobre a sua natureza, gênese e movimento de constituição. Mas também explicita os limites de uma visão tricotômica vigente à época entre História, Teoria e Método, e retrata bem a concepção endogenista de Serviço Social com teoria e história próprias.

São insuficientes as dissertações que expressam a preocupação com os referenciais teórico-metodológicos que fundamentam a profissão, especialmente, com sua crítica. Entre elas se evidencia a dissertação “Positivismo e Serviço Social”, de Rosane de Assis Ribeiro Carvalho, defendida em 1983; e no mesmo ano a dissertação “Concepção de homem no Serviço Social”, de Therezinha de Jesus Silva que, indo na mesma direção da análise crítica dos fundamentos do Serviço Social, incorpora preocupações com a dimensão ético-política.

Outras duas dissertações merecem menção pela temática e perspectiva de abordagem: “Violência contra a mulher: determinação de classe e cultura”, de Suely Souza de Almeida, defendida em 1986, avaliada com nota 10, com louvor e indicação para publicação; e mais tarde, no ano de 1990, a dissertação “Violência contra a mulher: rompendo barreiras”, de Marlise Vinagre Silva, avaliada com nota 10, com distinção e louvor, publicada em 1992.

É importante notar as dissertações que retratam uma concepção, bastante comum à época, de Serviço Social como disciplina profissional ou ramo do saber. São elas “A questão da cientificidade em Serviço Social”, de Edna Maria Donzelli (1989); “O Serviço Social no Brasil e os obstáculos epistemológicos de Bachelard”, de Lucimeri Valente Plaza; “Mary Richmond e o Serviço Social: uma abordagem axiológica”, de Maria Auxiliadora Bezerra Barba.

Os temas que tomam o Serviço Social como objeto são muito parecidos com os da atualidade: a prática institucionalizada, a prática cotidiana do Serviço Social, Serviço Social no campo da previdência,

prática profissional e trabalho alienado, a atuação do Serviço Social junto a cursos profissionalizantes para trabalhadores não qualificados, autonomia do Serviço Social em algum campo de atuação. Também é importante considerar o número significativo de dissertações que tratam da previdência social, dada pela condição desta política à época. Nessa direção, podemos indicar, ainda, alguns temas que na atualidade foram banidos da produção da área: “A supervisão de uma instituição pública: crítica à visão mecanicista”, de Maria Cecília Peixoto Brandão Rodrigues de Carvalho.

Estes são apenas alguns dos temas que marcam o início desse Programa, cuja nota 6 na CAPES é representativa do mérito de uma construção histórica realizada por muitos “galos que tecem as suas manhãs”, com destaque para o corpo docente e discente, técnico-administrativo e coordenadores.

Como expressão da atmosfera que paira no país nos anos de 1980, ocorrem transformações significativas na Escola de Serviço Social da UFRJ, que conta com o protagonismo de um grupo de docentes capitaneado pelas professoras Maria Inês Sousa Bravo e Maria Helena Rauta Ramos, o qual contava com o apoio do então reitor da UFRJ, professor Horácio Macedo. O resultado foi uma “grande virada à esquerda” que recicla a pós-graduação dessa Escola, a qual passa a contar com a presença de intelectuais de grande calibre, do Serviço Social brasileiro e fora dele²¹. Pode-se considerar que é a partir daí que o PPGSS não apenas passa a constituir autonomamente seu corpo docente mas, torna-se um centro de referência na pesquisa e na produção de conhecimento crítico, fundamentado na tradição marxista que marca o programa a partir dos anos de 1990.

Na direção da sua consolidação, a inflexão se dá entre os anos 1986/1987, quando a Escola de Serviço Social absorveu um grupo de

21 Entre eles cito as professoras Nobuco Kameyama, Marilda Iamamoto, as quais estavam vinculadas ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, e os professores José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho, Jean-Robert Weisshaupt, José Maria Gómez.

professores advindos da Sociologia, Teoria Política, Psicologia Social e Antropologia. A partir daí, a natureza interdisciplinar se explicita nos temas como identidade e mulher, perspectiva de transformação da prática, interdisciplinaridade, participação popular na perspectiva marxista, participação na perspectiva heideggeriana, a categoria classe social, marginalidade como exigência da acumulação capitalista, cultura popular e revolução burguesa, política social e assistência social pública, luta pela posse da terra, o crime organizado nas prisões, autonomia profissional.

Por suposto, as teses e dissertações observam a orientação teórico-metodológica própria da Escola de Serviço Social da UFRJ. Passam a incorporar uma leitura crítica da sociedade e uma concepção de Serviço Social que é inédita até os anos 1980, especialmente até o lançamento do clássico "Relações sociais e Serviço Social no Brasil", de Yamamoto e Carvalho, em 1982. Pelos temas abordados, nota-se a superação gradual e sistemática de uma leitura endógena da profissão a partir da captura das mediações com o Estado (pela via do fundamento das políticas sociais e das políticas setoriais), com a sociedade civil (pela articulação com os movimentos sociais), evidenciando diversos espaços sócio-ocupacionais. Percebe-se preocupação, ainda incipiente e aleatória, com a busca dos fundamentos da sociedade burguesa, sua gênese, desenvolvimento, transformações societárias e suas expressões no Serviço Social, com enfoque no Brasil e em alguns países da América Latina. Em uma rápida busca nos livros de teses, verifica-se que na década de 1990 o PPGSS/UFRJ tituló muitos dos quadros que se inseriram nas principais universidades públicas do Rio de Janeiro (federais e estaduais) e do país.

A construção do curso de Doutorado resulta da experiência de avaliação bem sucedida do Mestrado que, então, já completava uma década. Fica evidente a mudança operada no Programa nessa época, através da identificação dos temas e abordagens das dissertações de mestrado e o significado dessa reciclagem: de março de 1993 até dezembro de 1999, foram defendidas 77 dissertações, cujos temas, apesar da diversidade, evidenciam, ao mesmo tempo, as conjunturas,

as linhas de pesquisa do Programa e a produção dos docentes/orientadores, e podem ser agrupados em torno dos seguintes eixos: 1) transformações do mundo do trabalho: *ethos* do trabalho, pequenas e microempresas, inovações no perfil do trabalhador bancário, os aposentados por invalidez da Companhia Siderúrgica Nacional, flexibilidade e participação, qualidade total, luta pelo trabalho por parte dos camelôs, reestruturação produtiva e novas tecnologias, cenário contemporâneo e as políticas governamentais, dinâmica capitalista e cultura, reestruturação da produção e gestão da força de trabalho, fragmentações do mundo do trabalho e impacto no sindicalismo uruguaio, experiência sindical bancária de formação e requalificação, reestruturação industrial e políticas sociais empresariais no Brasil dos anos 80, formas de resistência dos trabalhadores em fábricas de produção de açúcar, mutações tecnológicas informacionais na indústria, luta dos aposentados e pensionistas²²; 2) configuração da política social/setoriais: seguridade social, política social no neoliberalismo, balanço crítico da produção sobre política social, política de saúde mental, reforma psiquiátrica, crise das políticas sociais e ONGs, mudança organizacional das ONGs, a legitimidade do assistencial, o debate dos anos 80 da política de assistência social, assistência estudantil, população de rua no Rio de Janeiro, população sobrevivente do lixo, moradores de favela, recicladores da miséria, municipalização, mudança organizacional das ONGs, a questão da AIDS, creches e políticas públicas, política de assentamento, assentamento rural, municipalização do solo urbano, luta pela habitação popular, perspectivas teóricas sobre a cidade²³; 3) o Serviço Social

22 Entre estes destaco os seguintes temas pela sua inediticidade: "Capital e trabalho na cena contemporânea: experiência sindical bancária de formação e requalificação, de autoria de Ana Livia Coimbra Delage, "Dominação e Resistência: o exemplo da qualidade total", de autoria de Fatima da Silva Grave e "Flexibilidade e participação: novas palavras de ordem do capitalismo globalizado", de Leila Baumgratz Delgado Yacoub.

23 Dissertação defendida por Gabriela Maria Lema Icasuriaga, em 1997.

como objeto: formação profissional, análise institucional, *ethos* religioso na profissão, o processo de institucionalização do Serviço Social no Paraguai, gênese do Serviço Social no Uruguai, transformações capitalistas e reflexos no Serviço Social²⁴, teoria e prática na reconceitualização, buscando novos signos para o SS: reexaminando nossa história profissional no antigo estado do Rio de Janeiro, prática profissional do Serviço Social em quatro indústrias do estado do Rio de Janeiro²⁵; 4) temas regionais, que mostram a contribuição da pós-graduação na interpretação das particularidades regionais: desenvolvimento capitalista na Amazônia, regionalidades, poder local em Vitória-ES: as administrações de Vitor Buaiz e Paulo Hartung, questão fundiária e segregação socioespacial em Angra dos Reis, estudo sobre a trajetória de adolescentes pobres de Natal/RN, municipalização da saúde em São Gonçalo, população de rua no Rio de Janeiro, peronismo e a fundação Eva Perón, reformas estruturais: estado e mercado no governo Menem, movimentos de jovens uruguaios, drogas na Argentina, seguridade social – saúde na Argentina; 5) gênero e gerações: mulheres dirigentes sindicais²⁶, gênero e ONGs – estudo de ONGs de mulheres, representações sociais sobre a saúde da mulher; criança e adolescente, defensoria e direitos da criança e adolescente, infância, adolescência e movimentos sociais (construção do ECA)²⁷, modelos de atendimento à infância e adolescência pobre;

24 Dissertação de autoria de Ana Maria Ventura Chagas Pereira, defendida em 1997.

25 Importa-nos observar as tendências da limitada produção sobre a profissão. Faço notar que das 77 teses apenas 11 tomam como objeto a profissão, seus dilemas e desafios no contexto da sociedade capitalista.

26 Trata-se da dissertação de número 100, intitulada “As mulheres dirigentes sindicais na CUT do Rio de Janeiro, de Bessy Ondina Flores Rodrigues, orientada pelo prof. Yvan Labelle, em 1996.

27 A dissertação “Infância e Adolescência e movimentos sociais: o processo coletivo de construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de Raimunda Célia Torres, defendida em 1997, merece destaque por tratar de um tema contemporâneo à época.

6) estudos que abordam as representações sociais e construção de identidades: memória de velhos trabalhadores, discurso familiar sobre deficiência mental, representação social do sangue, representações sociais sobre a saúde da mulher, representações sociais da política e práticas em delegacias, famílias multifacetadas, discurso familiar sobre deficiência mental e construção de identidade social do deficiente e das equipes de trabalho.

Nota-se clara influência do marxismo em temas e abordagens: crítica ao conservadorismo, cultura e democracia: análise dos anos 70, cultura e Serviço Social no Brasil (1960 a 1968), cidadania na sociedade capitalista, democracia, socialismo, a tradição marxista no Serviço Social, movimentos sociais, movimentos de jovens uruguayos. Nos anos de 1990 encontramos algumas teses orientadas por docentes de outros programas, como é o caso das professoras Ana Elizabete Mota e Heleith Saffioti.

Digno de menção, as dissertações que se constituíram em referência pela abordagem inovadora da relação Estado e Política Social permitindo adensar os conhecimentos sobre os fundamentos da sociedade burguesa e da particularidade brasileira: "Cultura Política e revolução burguesa no Brasil: a instrumentalidade ao pensamento autoritário (1930-1945), de Silene de Moraes Freire, defendida em 1991; "Política Social de Assistência Pública no Brasil: em busca de uma teoria perdida" (1992), de Maria Thereza Candido de Menezes e "Trabalho, Política Social e Capitalismo Contemporâneo: um balanço crítico-bibliográfico", de autoria de Elaine Rossetti Behring, defendida em 1993; "O papel socioeconômico das pequenas e micro-empresas: uma alternativa de desenvolvimento ou uma estratégia de sobrevivência", de autoria de Carlos Eduardo Montañó Barreto, publicada em livro pela Cortez Editora, no ano de 1999.

Sobre os fundamentos históricos da profissão, destaca-se a dissertação: "Família e sociabilidade dos trabalhadores urbanos: revisitando a história do Serviço Social" de Sheila Backx, defendida em 1993.

O PPGSS passa a contar, no quadro de professores externos, com grandes intelectuais do porte de Celso Frederico, Madel Therezinha

Luz, Emir Sader, Sonia Fleury Teixeira, Antonio Sergio Arouca, Gilberto Velho, Leandro Konder, Eli Diniz, que se mesclavam com intelectuais mais jovens como Ana Elisabete Mota, Ivete Simionatto.

Definitivamente, é a implantação do curso de doutorado que dá ao Programa um caráter interdisciplinar, de uma clara influência do pensamento crítico de importantes intelectuais que passam a intervir no Programa, ora como docentes e orientadores ora como interlocutores privilegiados, através da participação nas bancas de qualificação e de defesa do Programa.

As 06 primeiras teses de doutorado defendidas no programa no período de 1998 a 2000 assim o demonstram.

Não é casual a riqueza de temáticas e de suas abordagens, as quais expressam claramente a renovação a que o programa está submetido²⁸: a construção da via italiana ao socialismo e a influência de Palmiro Togliatti; a relação moradores/estado na construção de determinado programa de Saúde Mental; o acesso ao emprego e a exclusão social, a questão da AIDS e os direitos humanos²⁹, instrumental técnico-operativo³⁰ e as tendências da prática profissional do assistente social na Saúde³¹.

Nessa rica trajetória outro marco se coloca ao PPGSS, quando se celebra convênio com a Universidad de la Republica del Uruguay para o mestrado e, posteriormente, para o doutorado, no âmbito do qual se tem formado uma geração de docentes e pesquisadores³². É por essa razão que podemos afirmar, sem medo de errar, a influência continental

28 Nessa onda de renovação dos quadros da pós-graduação, chegam à ESS/UFRJ os professores Yves Lesbaupin (Filosofia/Sociologia), Eduardo Mourão Vasconcelos (Psicologia) e a professora Myriam Lins de Barros (Antropologia).

29 Tese de Janete Luzia Leite (docente da UFRJ)

30 Tese de Rosa Lucia Predes (docente da UFAL)

31 Tese de Ana Maria de Vasconcelos (docente da UERJ)

32 É preciso resgatar a realização dos Colóquios Uruguai-Brasil, orientados a reforçar os laços acadêmicos e institucionais entre discentes e docentes de ambas universidades.

e internacional que o PPGSS exerce sobre a trajetória histórica e a produção de conhecimento no Serviço Social crítico na América Latina. A permanência de discentes oriundos de vários países da América Latina, bem como de várias regiões do país, assim o atesta.

Entre os anos de 1996/1998 o PPGSS celebrou convênio com o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, o qual visava a preparação/titulação de doutores que viessem a integrar o quadro docente, possibilitando, assim, a implantação do curso de doutorado daquele Programa. A partir de então, o desenvolvimento de atividades acadêmicas conjuntas resultou em um PROCAD (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica) que teve vigência de 2000 até 2003 e posteriormente, entre os anos de 2009 a 2013. Em ambos os convênios houve a realização de pesquisas conjuntas, oferta de bolsas para mestrado e doutorado sanduíche, iniciação científica, pós-doutorado, missões de trabalho.

Destaque para o Convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora (através do PQI), cujo resultado foi a titulação de 07 doutores – e com a Universidade Federal do Pará, ambos para a formação/titulação de 06 doutores. No ano de 2005, foi aprovado convênio com a Universidade Católica de Goiás, para a titulação de 05 doutores em 2008, e 1 em 2009. Um DINTER foi constituído em 2012 com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Outros convênios para a pesquisa e intercâmbio internacional merecem destaque: PEC-PG/Capes, PDEE, através da realização de estágio discente no Instituto Superior de Serviço Social Miguel Torga (Coimbra-Portugal), Convênio de Cooperação técnica e científica com a Universidade Nova de Lisboa-UNL-Portugal, Convênios/Acordos: Colaboração entre o programa de Pesquisa Social "Exclusion, Territories and Urban Processes: a comparison between India and Brazil, do Centre d'études de l'Índe et de l'ásie du sud".

Dados da secretaria do PPGSS³³ registram que no início de 2017

33 Quero agradecer aos trabalhadores da secretaria do PPGSS a gentileza de fornecerem os dados necessários e esta produção.

o curso de Mestrado e o de Doutorado possuía 153 alunos ativos, sendo 81 de mestrado e 72 de doutorado. Nestes 40 anos de funcionamento foram defendidas 421 dissertações de Mestrado e 227 teses de Doutorado³⁴, produção esta que não apenas retrata as tendências do Serviço Social brasileiro, como também latino-americano. Ao refletirem os temas do debate, em razão de ser um centro de excelência, faculta ao Serviço Social realizar um balanço de sua produção antiga e contemporânea.

O que se quer afirmar aqui é que o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ constitui-se uma importante fonte de pesquisa sobre o desenvolvimento histórico da produção de conhecimento na área. Outra questão importante a ser destacada é o fato de que grande parte dessa produção deu o tom do debate da profissão, ao ser difundida através de livros, artigos, e socializada através de palestras e até assessorias a órgãos governamentais municipais, estaduais e federais.

Neste percurso, o Programa de Pós-Graduação tem conquistado importância em nível nacional, continental e até mesmo internacional, devido à sua produção, a qual vem se constituindo como acervo do serviço social brasileiro.

E mais, no corrente ano, a *Revista Praia Vermelha - Estudos de política e teoria social*, periódico semestral do Programa desde 1997, importante veículo de intercâmbio, divulgação e socialização do pensamento crítico, completa seus 20 anos de existência. Esta, na sua 25ª Edição, vem cumprindo um objetivo dos mais relevantes. Além de se constituir em espaço privilegiado de interlocução com outros grupos acadêmicos, expressa o perfil do programa e sua contribuição à produção crítica, criadora e interdisciplinar no campo do Serviço Social.

34 Dados extraídos das atas do PPGSS até 31/03/2017.

DESAFIOS ATUAIS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GERAL E EM SERVIÇO SOCIAL

É preciso recuperar a funcionalidade da educação no capitalismo no que tange à construção da subjetividade e da sociabilidade adequadas ao perfil de trabalhador que se constitui na justa medida dos interesses do capital e que venha a atender às necessidades de reprodução do modo de produção capitalista na sua etapa atual, para analisar adequadamente os desafios que a pós-graduação nos apresenta. Na atual fase de financeirização e no contexto de sua crise estrutural, o capital lança mão da educação e a utiliza como instrumento de legitimidade e coesão social. Se a educação sempre foi vista pelo capital como “um tesouro a descobrir”³⁵, agora a saída da crise pressupõe a exploração de mercados na esfera dos serviços. Nunca é demais reforçar que este modelo educacional, resultado do conchavo entre o capital industrial e instituições bancárias, precisa de uma política de massificação e de uma ideologia que o sustente. Também não é casual a adoção de determinados critérios e princípios cuja orientação, assentada no processo de Bolonha, tem levado a uma expansão significativa tornando a pós-graduação quase que uma extensão obrigatória da graduação, tanto pela necessidade de continuidade dos conhecimentos essenciais à formação graduada que está cada vez mais aligeirada, quanto pela introjeção da cultura da titulação, a exemplo dos três ciclos de ensino superior instituído pela nova estruturação proposta pela Universidade Nova³⁶. O mestrado e agora o recém criado doutorado profissionais atendem perfeitamente³⁷. Porém, nem sempre é necessário criar mestrados

35 Menção ao Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, de Jacques Delors (1996).

36 Casa Civil da Presidência da República. Exposição de Motivos. Projeto de Lei da reforma da educação superior. Brasília: PL n. 7200/2007, MEC/ MF/MT/ MCT. 12 jun. 2006.

37 Os conhecidos IV (1998 e 2002) e V (2004) Planos Nacional de

profissionais: basta adequar o mestrado acadêmico aos parâmetros determinados pelo acordo de Bolonha. A política de pós-graduação, além de estabelecer uma relação direta com o setor empresarial³⁸, passa a se constituir numa alternativa ao mercado de trabalho ou ao adiamento a ele, e a passagem direta da Iniciação Científica para a pós-graduação é celebrada³⁹.

Instituem a política indutiva e a lógica empresarial da competitividade entre os programas sob o discurso da solidariedade.

Outro elemento importante que precisa ser desmascarado é a suposta política de diminuição das assimetrias. Nota-se que, ao mesmo tempo em que o discurso de romper com as assimetrias, diminuindo os desequilíbrios, domina as agências de financiamento, a política indutiva e os draconianos critérios dos editais aprofundam tais diferenças.

Por fim, a grande preocupação, especialmente na atualidade, centra-se no financiamento das pesquisas. Tem sido uma constante a restrição de recursos para as áreas das ciências humanas e sociais aplicadas à mesma medida em que aumentam recursos para a pesquisa nas áreas de Inovação Tecnológica. É preciso questionar a mudança operada pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017, no que tange a fonte de recursos para áreas de Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação. Tal transferência para uma nova fonte de recursos chamados “condicionados” (fonte 900) substitui os que

Pós-Graduação introduzem a lógica da flexibilização do modelo de pós-graduação com a incorporação de relevantes mudanças: os mestrados profissionais e a pós-graduação à distância, sob diversos argumentos, muitos deles convincentes.

38 Diz o documento: “A interação da pós-graduação com o setor empresarial, para a especialização de funcionários de empresas através de cursos de Mestrado, deverá ser valorizada, uma vez que indica uma maior inserção do Programa na sociedade”. https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf. Acesso em abril de 2017.

39 Diz o V PNPG (2004) “O número de doutores titulados que saíram da Iniciação Científica diretamente para o Doutorado deverá ser levado em conta na classificação dos centros de pós-graduação”. https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf.

estavam garantidos pela fonte 100 provenientes do Tesouro Nacional⁴⁰.

Ademais, a PEC dos Gastos Públicos (PEC 241 ou PEC 55) prevê o congelamento dos investimentos em educação para os próximos 20 anos. Em 30 de março do corrente ano, o governo divulgou, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), o corte de 44% para a Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o que significa um corte de R\$ 2,54 bilhões. Isto deixará o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) com o menor orçamento em pelo menos 12 anos (R\$ 3,275 bilhões). A fusão do MCTI com o Ministério da Comunicação fala por si só.

No que se refere à profissão, diante da tendência de redução do exercício profissional a um conjunto de atividades imediatas, emergenciais de cunho assistencial, sem solução de continuidade, e da desqualificação da fundamentação teórica própria da divisão capitalista do trabalho (os que fazem e os que pensam), aprofundada e realizada concretamente pelo aligeiramento da formação profissional dos assistentes sociais, processos que se realizam de maneira concomitante e complementar, há um risco iminente de o Serviço Social sucumbir diante de seu estatuto acadêmico, como vêm mostrando algumas pesquisas⁴¹. Assim, a pós-graduação cumpre um papel ainda mais relevante no sentido de fomentar pesquisas que alcancem os fundamentos da sociedade burguesa, da necessidade da existência das políticas sociais, e o significado da sua reconfiguração no contexto atual. Enfrentar o histórico padrão de intervenção social do assistente social, baseado em ações emergenciais e fundado numa racionalidade técnico-instrumental é um dos desafios impostos à pesquisa engajada e à produção de conhecimento crítico e subversivo.

40 Para alguns analistas trata-se de um golpe, pois de todos os programas atendidos pelo MCTIC, somente a pesquisa teve sua transferência para a fonte de recursos condicionados.

41 Os resultados da pesquisa que realizamos entre os anos de 2012 a 2016 no âmbito do PROCAD Casadinho, com as equipes da Universidade Federal de Alagoas e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, podem atestar essa afirmação.

Sobre os desafios atinentes ao PPGSS da UFRJ talvez o mais importante deles seja o de aprender com o seu passado, sem incorrer no saudosismo desmobilizador. Compete às gerações intermediárias e novas não se submeterem à lógica reinante na política de pós-graduação vigente, ao quantitativismo, democratismo, clientelismo, populismo, pragmatismo, utilitarismo. O que temos a aprender com a história é que um galo sozinho não tece uma manhã. É preciso construir a unidade em torno de um projeto que, desnecessário dizer, precisa ser construído coletivamente, no cotidiano, dando continuidade à direção social estratégica priorizada desde os anos de 1990, bem como garantindo sua condição de espaço da polêmica, do dissenso e da resistência. Eis o desafio...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPSS. Diretrizes Curriculares da ABEPSS 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2010.
- ABEPSS. Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Apresentação. Abepss. Brasília, n. 1, ano I, 2000.
- BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>. Acesso em: 30 ago. 2010.
- _____. Casa Civil da Presidência da República. Exposição de Motivos. Projeto de Lei da reforma da educação superior. Brasília: PL n. 7200/2007, MEC/ MF/MT/MCT. 12 jun. 2006.
- _____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria n. 080 de 16 de dezembro de 1998. Brasília: CAPES, 2005a.
- _____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. V Plano Nacional de Pós-Graduação

- (PNPG) 2005-2010. Brasília: CAPES, 2005b.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/4459-reuniao-do-proex-recebe-220-coordenadores-de-programas-de-pos-graduacao>>. Acesso em: mar. 2011.
- _____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2011/03/03/presidente-da-capes-apresenta-desafios-desta-decada-para-a-pos-graduacao/>>. Acesso em: mar. 2011.
- CARVALHO, Denise B. B.; SILVA SILVA, Maria O. (Orgs.). Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de conhecimento no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.
- CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social. Cadernos de Pesquisa Cedepps. N. 1. Configuração de um projeto profissional para o Serviço Social: o pensamento das entidades nacionais. Abess-Cedepps, 1994.
- _____. Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social. Cadernos de Pesquisa Cedepps. N. 2. Estudo de 10 anos da Revista Serviço Social e Sociedade (1979-1989). Abess-Cedepps, agosto, 1994.
- CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Centro de Memória. Lei Nº 1.310/51 - de Janeiro de 1951. <http://centrodememoria.cnpq.br/legislacao.html>.
- GUERRA, Yolanda. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, ANO II, n. 22, Brasília: jul a dez. 2011.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.
- IAMAMOTO, Marilda V. O debate contemporâneo do Serviço Social e a Ética profissional. In: BONETTI, D. et al (Orgs). Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez-CFESS, 1996.

- LIMA, Leila. Una parte de la historia del Trabajo Social: 6 años en el CELATS. Biblioteca Virtual de la Universidad de Costa Rica. Disponível em: www.universidadedecostarica.cr. Acesso em: abr. 2010.
- NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50, Ano XVII, abril, São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, José Paulo https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id.62:revista-novos-temas-entrevista-jose-paulo-netto
- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. Livro ata. Dissertações de Mestrados de 1981 a 1999.
- _____. Livro ata. Teses de Doutorado, 1998.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. PUC–Rio. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/prog-ser.html#apresentacao>>. Acesso em: set 2011.
- SANTOS, Ana Lúcia Felix dos e AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico, 2009, p. 536 e ss <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a10.pdf>
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos R. O trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Andréa Teixeira

VICE-DIRETORA

Sheila Backx

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosana Morgado

REVISTA PRAIA VERMELHA

*(Para os membros da Equipe Editorial
pertencentes à Escola de Serviço Social
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

EDITORES

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Rosana Morgado

Sheila Backx

CONSELHO EDITORIAL

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra
Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes
Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio
Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo
Montaño Barreto, Cecília Paiva Neto
Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF),
Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco
José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela
Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves
Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi
Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica
Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José
Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento
Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile
Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de

Medeiros (CPDA/UFRRJ), Lígia Silva Leite
(UERJ), Lília Guimarães Pougy, Listz Vieira
(PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti,
Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ),
Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/
UFRJ), Maria das Dores Campos Machado,
Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfírio
(NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro,
Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed
ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro
Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira
dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da
Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes
Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias,
Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio
Cunca Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ),
Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR),
Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo
Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana
Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian
Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de
Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/
FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF),
Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica
Paulino da Cruz.

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)